PROJETO DE LEI N^O , DE 2023 (Do Sr. Delegado Caveira)

Acrescenta parágrafo ao Art.1.210, da Lei n° 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil) para possibilitar utilização das forças de segurança pública na retomada posse da de propriedades rurais e urbanas que tenham sido invadidas.

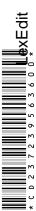
O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O Art. 1.210, da Lei 10.406, de 10 de janeiro de 2002, passa a vigorar acrescido do seguinte § 3º:

"Art.1.210	
§ 1°	
§ 2°	

- § 3º O proprietário, detentor e/ou ocupante de propriedade rural ou urbana invadida, poderá requerer o auxílio das forças de segurança pública para a reintegração da mesma, mediante apresentação de documentos comprobatórios, tais como:
 - I escritura pública;
 - II contrato de compra e venda;
 - III contrato de aluguel;
 - IV contrato de arrendamento;
- V comprovantes de concessionárias e permissionárias de serviços públicos.





a) Os documentos relacionados nos incisos I, II, III, IV, poderão ser apresentados em nome de parentes consanguineos em linha reta e colateral até o 3º grau."(NR)

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A retomada de ações de invasão, ocupação e até de depredação de propriedades rurias e urbanas, aumentaram consideravelmente, e tem gerado prejuízos e insegurança, principalmente ao campo.

A presente proposta tem a finalidade de facilitar a reitegração da posse de propriedades rurais e urbanas, minimizando os custos do processo de reintegração. É sabido que muitas vezes os valores elevados das causas de tais ações desestimulam a busca por justiça, e muitas vezes os requerentes não conseguem arcar com as despesas.

Nesse sentido esperamos contar com o apoio dos Nobres Pares na aprovação da presente proposta.

Sala das Sessões, em de de 2023.

Deputado DELEGADO CAVEIRA



